



A IMPORTÂNCIA DA COLETIVIDADE E DA PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DA HORTA

GT XIV: Movimentos Sociais e Educação

Relato de experiência

Renata Maria Rondon do Nascimento – Acadêmica do IE/UFMT – renata.nascimento1@sou.ufmt.br
Maria Beatriz Martins Pacífico de Oliveira – Acadêmica do IE/UFMT – maria.oliveira19@sou.ufmt.br
Leandra Santos dos Reis – Acadêmica do IE/UFMT – leandra.reis@sou.ufmt.br
Gislayne Cristina Figueiredo – Docente IE/UFMT – gislaynecf@hotmail.com
Amailson Sandro de Barros – Docente IE/UFMT – amailson.barros@ufmt.br

1. Introdução

A coletividade, dentro do contexto da Psicologia Comunitária (Vasconcelos, 1986), emerge como um conceito central que transcende a mera coexistência de indivíduos dentro de um espaço compartilhado. Ela se manifesta na participação ativa e consciente dos membros da comunidade na construção de uma realidade coletiva, onde cada pessoa contribui para o desenvolvimento do grupo como um todo. Concomitante a isso, segundo Bordenave (1987), a participação pode ser entendida como a ação de fazer parte, tomar parte ou ter parte em um processo, decisão ou organização, ela é uma necessidade básica humana. A partir disso, Bordenave sugere que as mudanças genuínas na sociedade só podem ocorrer quando os indivíduos, conscientes de seu contexto histórico e social, se engajam coletivamente em ações que visam a transformação. A participação, então, não é apenas um direito, mas uma necessidade para o desenvolvimento tanto individual quanto coletivo.

Nesse sentido, quando Paulo Freire (1987) defende, em pedagogia do oprimido, que a educação deve ser um processo dialógico, em que os oprimidos não apenas compreendem sua condição, mas se tornam protagonistas na luta por sua libertação, ele coloca a participação como um dos elementos centrais. Assim, pensando nessa interconexão entre a de coletividade, participação e o protagonismo implicado a eles por Paulo Freire, este artigo objetiva relatar e discutir a respeito da experiência que as autoras tiveram como estagiárias no Estágio Básico II – contextos comunitários (EB II) no grupo comunitário da horta do bairro Terra Prometida em Cuiabá - MT, a partir de conversas e reuniões realizadas às sexta-feiras de manhã. Desse modo, os encontros fazem parte da organização do grupo da horta, que utiliza desse dia para discutir, as questões de planejamento e repasses das plantações, assim como trazer debates importantes dos aspectos pessoais, como a agressão contra a mulher, sendo um ambiente de escuta e acolhimento a todos os envolvidos.

Realização





Assim, o trabalho foi pautado no entrelaçamento dos princípios da Psicologia Comunitária e Social com a metodologia da Investigação-Ação-Participante (IAP). Em relação à primeira, essa preza pelos saberes proveniente das próprias comunidades e de suas vivências, no qual, a partir do coletivo, busca ampliar a sua autonomia no dia a dia das interações interpessoais, reconhecendo o ser como ativo na sua realidade (CRUZ et al, 2010). Quanto à segunda, ela trabalha justamente a construção dessa nova realidade social em conjunto com os sujeitos nela implicados, estimulando-a a participar do processo e definindo conjuntamente as problemáticas a serem trabalhadas (FRIZZO, 2010). Dessa forma, por meio da teoria e método, foram feitos a análise dos diários de campo e, em seguida, leituras de base bibliográfica, pautadas nas demandas detectadas no e pelo grupo possibilitando a promoção de um ambiente de reflexão e acolhimento.

2. Desenvolvimento

A partir das participações nos encontros, muito se foi debatido sobre a potencialidade da atuação como coletivo e as suas implicações nas questões vivenciadas pela comunidade, como a violência contra a mulher e o impacto que isto causou em sua constituição como indivíduo. Assim, o presente artigo tomará a discussão sobre o papel da coletividade e da participação dentro do grupo da Horta do bairro Terra Prometida, a partir da reflexão do que foi vivenciado na comunidade, apresentando as influências dessa experiência para a educação e para a formação das autoras.

2.1 Coletividade e participação

Bordenave (1987) sublinha que a participação ativa dos membros da comunidade é um processo de aprendizado e de conscientização, onde os indivíduos não apenas reconhecem sua capacidade de agir sobre a realidade, mas também compreendem a importância de suas ações para o bem-estar coletivo. Essa visão é reforçada por Vasconcelos (1986), que argumenta que a Psicologia Comunitária busca promover um tipo de empoderamento que não é apenas individual, mas profundamente coletivo, onde o fortalecimento das capacidades comunitárias resulta em uma maior autonomia e em uma capacidade ampliada para enfrentar desafios sociais. Assim, a coletividade torna-se não só um valor, mas uma prática transformadora que, através da participação consciente e engajada, leva à criação de comunidades mais justas e equitativas.



Em concordância a isso, Ignacio Martín-Baró (1997) traz o termo conscientização, cunhado por Paulo Freire, o qual descreve um processo em que os oprimidos latino-americanos não aprendem apenas a ler e a escrever, mas a partir do processo de alfabetização eles passam a interpretar de forma crítica o seu mundo e, assim, escrevem sua própria história. O autor amplia essa ideia ao descrever o processo de conscientização em três aspectos: o sujeito se transforma à medida que modifica sua realidade; ele percebe os mecanismos de opressão e desumanização; e desenvolve uma consciência crítica. Com isso, o indivíduo passa a compreender melhor a sua realidade e identidade social, além de provocar uma mudança na relação com o meio ambiente e com outras pessoas.

Ademais, pensando no âmbito da educação, Freire (1987) afirma que é a partir do diálogo que haverá uma verdadeira educação, mas que para ser verdadeiro, é necessário um pensar crítico. Assim, esse pensar entenderá a realidade como um processo jamais estático, mas histórico, que objetiva a transformação da realidade. É com esta base de pensamento que, quando o “educador-educando” vai de encontro aos “educandos-educadores”, o primeiro irá se preocupar sobre o que será dialogado. Logo, é neste sentido que o autor irá dizer que a educação precisa ser contextualizada à realidade dos indivíduos, isto é, “Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da situação ou da ação política, acrescentemos” (Freire, 1987, p. 48).

Concomitante a isso, Martín-Baró (1997) ressalta Peña (1984) ao dizer que, além de necessidades materiais, como alimentação, moradia, saúde e trabalho, também é importante ter a conscientização de que necessidades relacionais e pessoais, como amor e identidade social, também são fundamentais para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade como um conjunto para que sejam mais humanizadas. Neste sentido, a falta desse posicionamento pode dificultar a formação do que Costa e Silva (2015) trazem ao dizer que: “os sentidos de comunidade são mobilizados no e pelo coletivo, impulsionando a participação social em torno da construção de identidades que se transformam conforme os diferentes contextos sócio-históricos.”. Isto é, o sentimento de pertencimento em um grupo ou comunidade surge a partir destas relações cotidianas, mesmo que conflituosas, sendo algo que é coletivo e que se forma, a partir deste caráter histórico, temporal, social, cultural e entre outros, uma identidade.

Pensando nisso, ao analisar o relacionamento interpessoal dentro do grupo da horta, vê-se que, mesmo sendo um grupo formado por pessoas que compartilham objetivos próximos quanto a funcionalidade da horta, elas têm uma postura de grupo muito fragilizada pelas



individualidades ali presentes. Nesse sentido, pode-se exemplificar quando, durante uma das reuniões, um dos participantes pontua que as ações frente a horta devem ser debatidas por todos os envolvidos e não tomadas unilateralmente, visto que esse espaço tem por objetivo ser uma atividade do coletivo.

No entanto, mesmo que haja uma tendência a uma postura individualizante, foi percebido uma movimentação de fortalecimento desse sentimento de pertencimento. É a partir de discussões de caráter pessoal por parte dos integrantes, que esse sentimento os fazem se abrirem e contarem suas dores, alegrias, derrotas e vitórias. Além de que a noção de pertencimento ao coletivo tem um papel importantíssimo na construção da sua identidade, pois ele passa a ser um ponto de referência a esse indivíduo legitimando as formações respaldadas nas complexas relações já discutidas (Martins, 2003).

Logo, o sentimento de pertencimento não trabalha apenas com a visão de não estar sozinho no mundo, mas tem caráter multifacetado no que diz respeito à formação da identidade dos indivíduos. Desse modo, o trabalho coletivo ainda é uma dificuldade presente no grupo pela falta de uma comunicação menos agressiva, uma vez que ainda há conflitos da natureza de como são faladas as coisas ou a ausência de discussões grupais sobre os procedimentos das tarefas que afetam a horta.

No entanto, a ampliação do senso de pertencimento também influencia na transformação do grupo em um ambiente de escuta e acolhimento, trazendo a possibilidade de sentirem-se ouvidas e aceitas, o que pode ser percebido a partir dos relatos das relações de violência trazidos pelas mulheres presentes, permitindo ampliar as suas vozes e incentivando-as a questionarem as desigualdades de gênero. Um exemplo disso é quando uma das conversas levou a participante a questionar a recorrente culpabilização das mulheres em conflitos conjugais, muitas vezes sem que suas versões sejam previamente ouvidas. Atualmente, ela compartilha sua história com o propósito de encorajar outras mulheres a se posicionarem diante de situações análogas, e mencionou que recebe solicitações de aconselhamento de diversas mulheres, tendo já auxiliado algumas a se desvincularem de contextos de violência e assédio.

Portanto, é nesse lugar dialógico ocasionado pelo o grupo que foi possível haver espaço para o pensar crítico, é onde houve “[...] o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado” (Freire, 1987, p. 45). Com isso, Martín-Baró (1997) concorda ao afirmar que a psicologia deve buscar ajudar nesse



processo de desalienação, para que esses indivíduos desenvolvam uma visão crítica de si mesmos e de sua realidade.

3. Considerações finais

A partir da descrição da demanda e do que foi relatado na análise, é imprescindível uma continuidade nos trabalhos que alimentem o grupo com um espaço de acolhimento. Essa necessidade origina-se da exposição às fragilidades socioeconômicas, desigualdades e o fator de estarem inseridos em um ambiente mais suscetível à violência contra os seus direitos básicos de cidadão. Assim, a experiência de trabalhar com grupos possibilitou às discentes de Psicologia da UFMT uma nova forma de ver e compreender não apenas o indivíduo, mas também o mundo sob uma perspectiva diferente, ampliando seu conhecimento que ultrapassaram a mera transmissão de informações, transformando-se em uma troca de vivências. Portanto, essa experiência no grupo da horta, apresentou-se também como um elemento educativo diante da interação dialógica estabelecida, que não só possibilitou o desenvolvimento de um pensamento crítico, como também fomentou a transformação dos sujeitos envolvidos, proporcionando um espaço de reflexão e ação coletiva da realidade.



Referências

DA COSTA, Samira Lima et al. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 2, p. 283-291, 2015.

FRIZZO, K. R. Capítulo 7. A Investigação Ação Participante. In: Jorge Castellá Sarriera; Enrique Teófilo Saforcada. (Org.). *Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas*. 1aed. Porto Alegre: Sulina, 2010, v. 01, p. 155-168.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. Processo grupal e a questão do poder em Martín-Baró. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, p. 201-217, 2003.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. **Estudos de psicologia (Natal)**, v. 2, p. 7-27, 1997.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. O que é participação. In: **O que é participação**. 1987.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. O que é psicologia comunitária. In: **O que é psicologia comunitária**. 1986.